

Estratégia Alimenta Cidades

Aprofundamento do Briefing

Soluções que Alimentam 2026

Perfis de implementação, fontes de dados
e notas metodológicas que sustentam
o Briefing dos Desafios de Inovação.



Edital nº 0996152/2026 · Processo nº 04600.002324/2026-11

Idealização: MDS · Realização: Enap · Apoio: Impact Hub Brasil

Material complementar ao Caderno 1 — Briefing

Como usar este caderno

O **Briefing dos Desafios — Caderno 1** pode ser lido de forma autônoma para compreender o convite, identificar o desafio mais aderente à sua solução e entender o que demonstrar na proposta.

Consulte o **Aprofundamento do Briefing — Caderno 2** quando quiser conhecer melhor os municípios participantes, compreender diferentes condições de implementação ou acessar dados, notas metodológicas, normas, guias e referências relacionadas aos desafios.

Neste caderno você encontra:

- ▶ **Retrato dos 1.102 municípios** — escala e principais indicadores;
- ▶ **Perfis de implementação** — condições institucionais e operacionais;
- ▶ **Contextos territoriais e recortes de risco climático** — condições territoriais, logísticas e climáticas;
- ▶ **Recorte transversal** — populações indígenas e quilombolas;
- ▶ **Fontes, limites e glossário** — orientações para interpretar os dados;
- ▶ **Dados, normas e referências por Desafio de Inovação** — curadoria para aprofundamento.



Conheça os contextos de implementação

São 1.102 municípios — 1.000 do segundo ciclo e 102 do primeiro. São 19,8% dos municípios brasileiros, onde vivem 115,1 milhões de pessoas: mais da metade da população do país.

O conjunto reúne dois perfis distintos. Os 1.000 do segundo ciclo têm população mediana de 20.544 habitantes e maior presença rural: 225 municípios têm maioria rural. Os 102 do primeiro ciclo são cidades maiores e mais urbanizadas, com mediana de 441.948 habitantes e urbanização de 98,9%. Por isso, cada estatística deve ser lida com atenção ao universo indicado.

Em números

Retrato Rápido: 1.102 municípios participantes

27 unidades da Federação: Nordeste concentra 59,4% e Norte 18,0% dos municípios homologados

73,3%

têm até 50 mil habitantes – população mediana de 23,7 mil.

20,4%

têm maioria da população em áreas rurais.

19,5%

é a mediana municipal de domicílios sem acesso à rede geral de abastecimento de água. No Norte, a mediana chega a 37,1%.

74,9%

dos municípios tiveram execução do PAA em 2025. Entre eles, a mediana foi de 17 agricultores participantes.

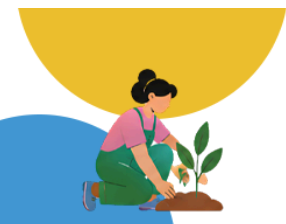
77,8%

é a participação mediana da agricultura familiar, predominante em 96,4% dos municípios.

66%

mediana de adultos com excesso de peso no SISVAN, no segundo ciclo. Cobertura mediana: 10,2%.

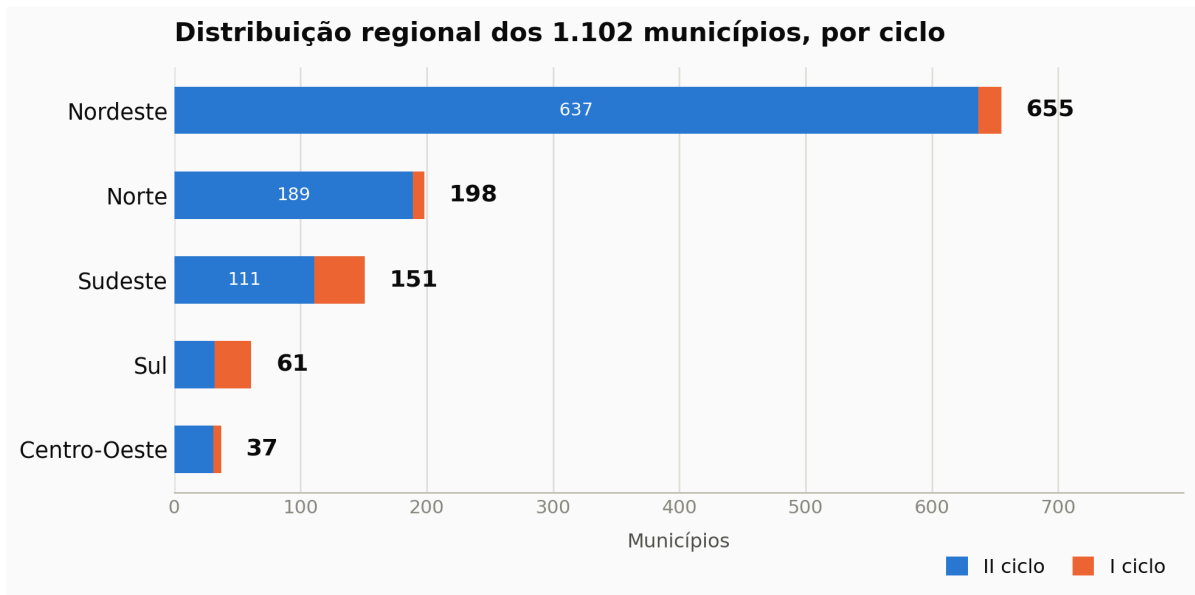
fontes primárias IBGE (Censo 2022, MUNIC 2024) MDS (VIS DATA 3) MDA (CAF) MAPA (CNPO) e Ministério da Saúde (SISVAN). Percentuais e medianas dos 1.102 municípios homologados sem ponderação pela população – ver texto completo para detalhamento por indicador



Distribuição regional dos municípios participantes

A distribuição regional a seguir reúne os **1.102 municípios dos dois ciclos**. Diferentemente dos perfis de implementação, que foram construídos separadamente para o I e o II ciclos devido às diferenças de porte e disponibilidade de dados, a leitura regional é **geográfica** e pode considerar os dois conjuntos em conjunto.

Os **102 municípios do ciclo I** representam apenas **9,3% do total**, mas concentram cidades maiores e mais urbanizadas, com população mediana de **441.948 habitantes** e urbanização de **98,9%**. Por isso, sua presença influencia mais a leitura por população do que a distribuição do número de municípios entre as regiões.



Região	Municípios	I ciclo	II ciclo	% da base	População	Urbanização mediana
Nordeste	655	18	637	59,4%	32.612.270	63,8%
Norte	198	9	189	18,0%	12.840.263	60,8%
Sudeste	151	40	111	13,7%	49.867.163	96,8%
Sul	61	29	32	5,5%	11.313.216	93,9%
Centro-Oeste	37	6	31	3,4%	8.468.028	89,2%
Total	1.102	102	1.000	100%	115.100.940	—

Fontes: IBGE — Censo Demográfico 2022. Recorte dos 1.102 municípios homologados do Alimenta +1000 Cidades (1.000 do II ciclo e 102 do I ciclo). Elaboração própria.

Como contamos

Salvo indicação em contrário, os percentuais deste caderno se referem a municípios, não a pessoas. Essa é a unidade principal de análise porque as soluções serão adotadas e implementadas por governos municipais.

Quando a leitura por municípios e por população leva a conclusões diferentes, apresentamos as duas. Por exemplo: 11,5% dos municípios têm banco de alimentos, mas nesses municípios vivem 58,1% da população do conjunto. A primeira medida mostra a presença dessa estrutura entre as prefeituras; a segunda ajuda a estimar quantas pessoas vivem em municípios que já contam com ela.

Quatro gargalos estruturais

gargalo	Evidência	Fonte
Baixa capacidade orçamentária	80,8% dos municípios sem fundo nem dotação de SAN — onde vivem 44,1% da população	IBGE · MUNIC 2024
Pouca infraestrutura de recebimento	86,1% sem central de recebimento — 74,8% da população	IBGE · MUNIC 2024
Planos municipais ainda são raros	87,7% sem plano municipal de SAN — 57,1% da população	MDS · Índice Alimenta Cidades
Ruralidade relevante no II ciclo	20,7% da população vive em áreas rurais nos 1.000 municípios do segundo ciclo	IBGE · Censo 2022

Sete Perfis e contextos de implementação

Uma solução pode funcionar bem em um município e exigir adaptações em outro. Três leituras ajudam a antecipar essas diferenças:

- ▶ Retrato dos participantes: escala, território, produção, compras públicas, água e, quando disponível, estado nutricional nos 1.102 municípios homologados.
- ▶ Perfis de implementação: duas tipologias separadas — quatro perfis para os 1.000 municípios do Alimenta +1000 e três para as 102 cidades de ciclos anteriores — porque os ciclos têm portes e disponibilidade de dados muito diferentes.
- ▶ Contextos territoriais: dois contextos geográficos, Territórios amazônicos e Semiárido — para testar água, logística, escala e acesso.

Os municípios foram organizados em sete agrupamentos, aqui chamados de perfis de implementação, com base em características que afetam sua capacidade de adotar e sustentar soluções.

Os perfis descrevem condições de implementação, não urgência. Como os ciclos têm portes e cobertura de dados muito diferentes, foram construídas duas tipologias separadas: quatro perfis no II ciclo e três no I ciclo. Eles não formam uma escala de melhor ou pior.

Os perfis não indicam prioridade, maturidade, desempenho ou urgência. Eles ajudam a identificar diferentes condições de implementação.

Pergunta que os perfis respondem: Que condições institucionais e operacionais o município possui para adotar e sustentar uma solução?

Perfil	Municípios	Ciclo	Leitura rápida
Governança rural sem financiamento	211	II	Muitos agricultores; pouca dotação de SAN.
Base institucional em formação	473	II	Pouca dotação de SAN; PAA ativo e base produtiva relevante.
Gestão urbana financiada	97	II	Mais estrutura e financiamento; menor densidade de agricultores.
Compra pública interrompida	219	II	PAA sem execução em 2025; base produtiva ainda relevante.
Polo regional em consolidação	47	I	Rede parcial; compra funciona; oferta local mais escassa.
Rede madura com financiamento	27	I	Rede e financiamento fortes; poucos agricultores próximos.
Metrópole conurbada sem compra pública	28	I	PAA interrompido; quase sem agricultores e sem central de recebimento.

Como usar: declare para quais condições sua solução funciona e quais adaptações exige. A mesma taxa de interrupção da compra pode decorrer de causas opostas entre os ciclos.



Governança rural sem financiamento (Ciclo II)

O cenário: 211 municípios, os mais rurais do segundo ciclo, com urbanização mediana de 55,2% e 48,8% deles na Amazônia Legal. A governança formal está montada: 91,0% têm lei de SAN, 98,1% têm conselho (Comsea) e 92,4% têm Caisan. Mas só 4,7% têm dotação orçamentária de SAN. A base produtiva é a mais densa entre os perfis, com 68,7 CAF por mil habitantes, e só 7,1% ficaram sem execução do PAA em 2025.

O que considerar na implementação: baixo custo recorrente, manutenção local, operação com conectividade limitada e uso das instâncias de governança, das redes de produtores e das feiras que já existem.

Municípios de referência: Assaré/CE, Augusto Corrêa/PA e Tracuateua/PA.

Base institucional em formação (Ciclo II)

O cenário: 473 municípios, o maior perfil, com população mediana de 19,5 mil habitantes. A estrutura institucional ainda é incipiente: 37,9% têm lei de SAN, 18,8% têm Caisan e 6,8% têm dotação de SAN. Ainda assim, todos executaram o PAA em 2025, com mediana de 52,0 CAF por mil habitantes. Equipamentos são raros: 2,8% têm banco de alimentos.

O que considerar na implementação: processos simples, registros que sobrevivam à troca de equipe, uso assistido e integração gradual à governança municipal.

Municípios de referência: Forquilha/CE, São Mateus do Maranhão/MA e Itaobim/MG.

Gestão urbana financiada (Ciclo II)

O cenário: 97 municípios, com população mediana de 76,4 mil habitantes e urbanização de 89,5%. É o único perfil do segundo ciclo com financiamento consolidado: 86,6% têm dotação de SAN, e 81,4% têm lei e Caisan. Também tem a maior presença de central de recebimento (23,7%) e de restaurante popular e banco de alimentos (27,8% cada). A base produtiva é menor, com 11,6 CAF por mil habitantes, e 17,5% ficaram sem execução do PAA em 2025.

O que considerar na implementação: integração com sistemas e equipamentos existentes, custo total, interoperabilidade e articulação com fornecedores locais e regionais.

Municípios de referência: Santo Antônio de Jesus/BA, Sant'Ana do Livramento/RS e São Cristóvão/SE.

Compra pública interrompida (Ciclo II)

O cenário: 219 municípios, em sua maioria pequenos (mediana de 14,9 mil habitantes) e 69% no Nordeste. Nenhum teve execução do PAA em 2025, e só 30% haviam aderido ao programa em 2023. A compra da agricultura familiar pelo PNAE continua em 70,3% deles. A base de agricultores é relevante, com 54,7 CAF por mil habitantes, mas falta o que organiza a oferta: 53,0% não têm cooperativa ou associação com registro ativo no CAF, e só 5,0% têm central de recebimento. Nos dois casos, é a menor cobertura entre os perfis.

O que considerar na implementação: organização dos produtores para a venda coletiva, habilitação, recebimento e logística. Aproveite a experiência de compra do PNAE em vez de criar uma nova estrutura.

Municípios de referência: Itatim/BA, Poço Verde/SE e Massapê/CE.

Rede madura com financiamento (Ciclo I)

O cenário: 27 municípios (26,5% do primeiro ciclo), grandes cidades com população mediana de 616 mil habitantes. É o perfil mais completo: 96,3% têm plano municipal de SAN, 77,8% têm dotação, e restaurante popular e banco de alimentos aparecem, cada um, em 88,9% dos municípios. Todos executaram o PAA em 2025, mas a produção familiar local é mínima: 0,2 CAF por mil habitantes.

O que considerar na implementação: integração e escala de fornecimento, incluindo origens intermunicipais, sem pressupor produção familiar próxima.

Municípios de referência: Bauru/SP, Joinville/SC e Juiz de Fora/MG.

Metrópole conurbada sem compra pública (Ciclo I)

O cenário: 28 municípios (27,5% do primeiro ciclo), 68% deles no Sudeste, com população mediana de 418 mil habitantes em áreas metropolitanas. 89,3% ficaram sem execução do PAA em 2025. A produção familiar local é quase inexistente (0,1 CAF por mil habitantes), metade não tem cooperativa ou associação ativa no CAF, e nenhuma cidade do grupo tem central de recebimento. Só 28,6% têm dotação de SAN.

O que considerar na implementação: articulação com fornecedores externos ao município, consolidação regional, recebimento e logística em áreas metropolitanas.

Municípios de referência: Vila Velha/ES, São Gonçalo/RJ e São João de Meriti/RJ.

Polo regional em consolidação (Ciclo I)

O cenário: 47 municípios (46,1% do primeiro ciclo), cidades-polo com população mediana de 399 mil habitantes. A compra pública funciona: 97,9% executaram o PAA em 2025, e 85,1% pontuam na compra da agricultura familiar pelo PNAE. A rede de equipamentos é parcial, com restaurante popular em 63,8% e banco de alimentos em 51,1%, e só 12,8% têm central de recebimento. O planejamento é o ponto fraco: 4,3% têm plano municipal de SAN.

O que considerar na implementação: ampliação da central de recebimento nos municípios que ainda não têm, consolidação da rede de distribuição regional e aproveitamento da base de agricultura familiar já ativa na compra pública.

Municípios de referência: Campina Grande/PB, Teresina/PI e Cuiabá/MT.

Fontes primárias das tipologias:

IBGE — Censo Demográfico 2022 e MUNIC 2024; MDS — Cadastro Único e PAA 2025; MDA — CAF; MAPA — CNPO; Ministério da Saúde — SISVAN 2023, quando disponível; Ministério das Cidades — SINISA. Elaboração própria. No II ciclo foram usadas 22 variáveis; no I ciclo, 17, por indisponibilidade de alguns indicadores. Método: distância de Gower e agrupamento PAM, com os blocos de análise ponderados igualmente.

Dois contextos territoriais

Pergunta que os contextos respondem: Em que condições físicas, territoriais e logísticas a solução precisa funcionar?

Os **perfis de implementação** ajudam a compreender as condições institucionais e operacionais dos municípios. Já os **contextos** territoriais destacam características do território que podem alterar a forma como uma solução é implementada — como disponibilidade de água, distâncias, infraestrutura e logística.

Nesta edição, são apresentados **dois contextos territoriais** com recortes verificáveis nas bases disponíveis. Eles não constituem uma classificação exaustiva dos 1.102 municípios: servem como lentes complementares para antecipar condições que podem exigir adaptações da solução.

Contexto	Municípios	%	Traço definidor
Semiárido	370	33,6%	Variabilidade hídrica e necessidade de operar aproveitando e fortalecendo infraestruturas locais de armazenamento e uso eficiente da água.
Territórios amazônicos	294	26,7%	Grandes distâncias, baixa presença de estruturas de recebimento e desafios de escoamento e logística em territórios extensos.
Risco climático — Disponibilidade de Alimentos	48	4,4%	Risco de seca com impacto na produção de alimentos (AdaptaBrasil), concentrado em municípios com maior presença de agricultura familiar.
Risco climático — Acesso e Consumo de Alimentos	177	16,1%	Risco à estabilidade do acesso e consumo de alimentos (AdaptaBrasil), concentrado em municípios mais urbanizados e populosos.

Como usar: verifique se sua solução será implementada em algum desses contextos ou recortes e explique como responde às condições territoriais, logísticas ou climáticas identificadas. Se nenhum deles representar o território de atuação, descreva diretamente as condições locais relevantes para a implementação.

Territórios amazônicos

O cenário: 294 dos 1.102 municípios participantes (26,7%) estão na Amazônia Legal: 283 do II ciclo e 11 do I ciclo. Neles vivem 18,2 milhões de pessoas. Estão distribuídos por nove estados, com maior presença no Pará (115), no Maranhão (78) e no Tocantins (28). Os do

II ciclo se concentram nos perfis Base institucional em formação (118 municípios) e Governança rural sem financiamento (103).

O traço que define o contexto é a baixa densidade. Comparados aos municípios participantes fora da Amazônia Legal:

- a área mediana é de 2.493 km², quase seis vezes maior (437 km²);
- a densidade mediana é de 11,3 habitantes por km², contra 49,0;
- 71,5% têm feira livre, contra 86,3%;
- a mediana de domicílios sem rede geral de água é de 31,0%, quase o dobro (16,5%).

O que considerar na implementação: grandes distâncias, baixa densidade e menos pontos de abastecimento tornam o armazenamento, o escoamento e a logística aspectos críticos da operação. A solução deve funcionar com volumes pequenos e rotas longas, e declarar de que conectividade depende.

Municípios de referência: Esperantina/TO, Oiapoque/AP e Borba/AM.

Nota metodológica: "Territórios amazônicos" corresponde aos municípios participantes reconhecidos oficialmente como integrantes da Amazônia Legal (IBGE, Malha Municipal 2024), identificados pelo cruzamento do código IBGE com a lista oficial. Oito deles estão apenas parcialmente dentro da delimitação.

Fontes: IBGE — Amazônia Legal (2024).

Semiárido

O cenário: 370 dos 1.102 municípios participantes (33,6%) integram o Semiárido, segundo a lista oficial adotada nesta análise: 364 do II ciclo e 6 do I ciclo, com 11,3 milhões de habitantes. Estão em nove estados, com maior presença no Ceará (96), na Bahia (59) e no Rio Grande do Norte (59). Os do II ciclo se concentram nos perfis Base institucional em formação (183 municípios) e Compra pública interrompida (87).

O que define esses territórios é a convivência com a escassez de água. Comparados aos municípios participantes fora do Semiárido:

- a produção depende de armazenamento: a mediana é de 78,3 declarações de cisterna por 100 estabelecimentos agropecuários com recurso hídrico, contra 1,0;

- nas casas, o carro-pipa faz parte do abastecimento: 98,6% dos municípios têm domicílios atendidos dessa forma, e a mediana é de 3,1% dos domicílios, contra 0,03%;
- a seca ameaça a produção de alimentos: 10,0% estão em risco climático Alto ou Muito alto para a disponibilidade de alimentos (AdaptaBrasil), contra 1,5%. Estão no Semiárido 37 dos 48 municípios participantes nessa situação;
- a base produtiva é densa: 103 CAF por mil habitantes, quatro vezes a mediana fora do recorte (25,6).

São municípios menores e mais rurais, com população mediana de 15,3 mil habitantes (28,9 mil fora) e urbanização de 61,1% (76,6% fora).

O que considerar na implementação: a solução deve lidar com a variabilidade das chuvas e aproveitar a infraestrutura hídrica que já existe, como cisternas e sistemas de captação. A prioridade é o uso eficiente, a manutenção e a adaptação às condições locais, em vez de supor que a falta de infraestrutura seja o principal problema.

Municípios de Referência: Upanema/RN, Senador Pompeu/CE e Virgem da Lapa/MG.

Nota metodológica:

o recorte resulta do cruzamento, pelo código IBGE, entre os 1.102 municípios participantes e a lista de municípios do Semiárido da Portaria MI nº 89/2005 (lista de 2007). Essa delimitação foi atualizada pela Sudene (Resoluções Condel nº 150/2021 e nº 176/2024), que hoje reconhece 1.477 municípios. Com a lista vigente, o número de participantes no Semiárido tende a ser maior. O indicador de cisternas mede declarações em estabelecimentos agropecuários; o de carro-pipa, o abastecimento dos domicílios.

Fontes: Ministério da Integração Nacional/Sudene, Delimitação do Semiárido (2007); IBGE, Censo Agropecuário 2017 e Censo Demográfico 2022; MCTI, AdaptaBrasil (2017).

Duas fontes de água, dois escopos

Cada contexto usa dois indicadores de água que medem coisas diferentes:

- **Domiciliar** (Censo Demográfico 2022): como as casas se abastecem.
- **Produtivo** (Censo Agropecuário 2017): que recursos hídricos os estabelecimentos agropecuários declaram.

A relação entre os dois é fraca. A correlação entre o percentual de domicílios sem rede geral e o percentual de estabelecimentos com recurso hídrico é de 0,20. Um indicador não substitui o outro.

Juntos, eles mostram que o problema da água é diferente em cada contexto:

- **Territórios amazônicos:** a água existe, mas não chega às casas pela rede. 31,0% dos domicílios não têm rede geral, quase o dobro dos municípios fora da Amazônia Legal (16,5%). Na produção, 87,4% dos estabelecimentos têm recurso hídrico, sobretudo fontes superficiais e poços, e quase não há cisternas: 0,3 declaração por 100 estabelecimentos.
- **Semiárido:** o desafio é garantir e guardar a água. A falta de rede nos domicílios fica perto da dos demais municípios (20,0% contra 19,0%), mas a escassez aparece de outra forma: 3,1% dos domicílios dependem de carro-pipa, contra 0,03% fora do recorte. Na produção, o armazenamento é central: 78,3 declarações de cisterna por 100 estabelecimentos, contra 1,0.

O indicador de rede geral, sozinho, não separa esses dois problemas. Soluções que dependem de água devem deixar claro de qual água falam: a do consumo nas casas ou a da produção

Medianas municipais. O Censo Agropecuário é de 2017. Os dois contextos não se sobrepõem.

Risco climático: uma lente sobre os municípios

Além dos perfis de implementação e dos contextos territoriais, este Caderno usa uma terceira lente: o risco climático para a segurança alimentar. Ela identifica municípios em que as mudanças do clima podem comprometer a produção de alimentos ou o acesso a eles, o que exige soluções mais resilientes.

De onde vêm os dados. Os indicadores são do AdaptaBrasil, plataforma pública do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) que mede riscos climáticos para todos os municípios brasileiros. No AdaptaBrasil, o risco combina três elementos: a ameaça climática (por exemplo, secas mais frequentes ou intensas), a exposição (o que está no caminho dessa ameaça) e a vulnerabilidade do município (sua sensibilidade e sua capacidade de adaptação). O resultado é um índice de 0 a 1, classificado em cinco faixas, de Muito baixo a Muito alto.

O que usamos. O setor de Segurança Alimentar do AdaptaBrasil tem dois indicadores, e este Caderno usa os dois:

- **Disponibilidade de Alimentos (indicador 5001):** risco de a seca afetar a produção de alimentos.
- **Acesso e Consumo de Alimentos (indicador 5048):** risco de instabilidade no acesso das pessoas aos alimentos.

Os dois medem coisas diferentes. Dos 1.102 municípios, 48 estão em risco Alto ou Muito alto para a disponibilidade e 177 para o acesso, mas só 21 aparecem nos dois. Por isso são apresentados como dois recortes separados, e não como uma classificação única.

Como ler. Os recortes não classificam todos os municípios nem indicam urgência ou prioridade. Mostram onde o clima é uma condição a mais que a solução precisa considerar. O ano-base é 2017 (cenário atual). O AdaptaBrasil também tem projeções para 2030 e 2050, que ainda não foram incorporadas a esta análise. O índice não mede insegurança alimentar vivida pela população.

Fonte: MCTI, AdaptaBrasil, setor Segurança Alimentar, indicadores 5001 e 5048, ano-base 2017. Consulta em setembro de 2026.

Risco climático — Disponibilidade de Alimentos

O cenário: 48 dos 1.102 municípios participantes (4,4%) estão em risco Alto ou Muito alto para a disponibilidade de alimentos: 47 do II ciclo e 1 do I ciclo. O risco se concentra no Nordeste (43 municípios) e no Semiárido (37). São municípios mais rurais e muito dependentes da produção familiar. Comparados aos demais participantes:

- a densidade de agricultores familiares é quase três vezes maior: 122,9 CAF por mil habitantes, contra 42,6;
- a urbanização mediana é menor: 58,5%, contra 70,7%;
- a produção já depende de armazenamento de água: 70,5 declarações de cisterna por 100 estabelecimentos agropecuários, contra 4,5.

O que considerar na implementação: a seca atinge diretamente a oferta de alimentos produzidos no município. A solução deve considerar a variação de safra, a necessidade de reserva e armazenamento e o papel central da agricultura familiar nesses territórios.

Municípios de referência: Acauã/PI, Colméia/TO e Formiga/MG.

Nota metodológica:

Municípios classificados como risco Alto ou Muito alto no indicador 5001 (Disponibilidade de Alimentos) do AdaptaBrasil, ano-base 2017, cruzados com os 1.102 participantes pelo código IBGE. Mede o risco de a seca afetar a produção de alimentos; não mede insegurança alimentar vivida pela população.

Fontes: Fonte: MCTI, AdaptaBrasil. Consulta em setembro de 2026.

Risco climático — Acesso e Consumo de Alimentos

O cenário: 177 dos 1.102 municípios participantes (16,1%) estão em risco Alto ou Muito alto para o acesso e consumo de alimentos: 148 do II ciclo e 29 do I ciclo. Neles vivem 27,0 milhões de pessoas. Há municípios nessa situação em todas as regiões, com maior presença no Nordeste (134), e metade (89) está no Semiárido. Ao contrário do recorte anterior, este é mais urbano. Comparados aos demais participantes:

- a população mediana é quase o dobro: 41,6 mil habitantes, contra 21,1 mil;
- a urbanização mediana é maior: 77,5%, contra 68,5%;
- a densidade de agricultores familiares é menor: 39,7 CAF por mil habitantes, contra 48,1;
- a estrutura de abastecimento já é mais presente: 31,6% têm restaurante popular e 21,5% têm central de recebimento, contra 20,7% e 12,4%.

O que considerar na implementação: o risco aqui é de instabilidade no acesso e no consumo, e não na produção local. Soluções de compras públicas, abastecimento urbano e proteção de renda tendem a ser mais relevantes. Como parte desses municípios já tem equipamentos, a solução pode fortalecer a resiliência do que existe, em vez de criar estruturas novas.

Municípios de referência: Baraúna/PB, Boa Vista/RR e Betim/MG.

Nota metodológica:

Municípios classificados como risco Alto ou Muito alto no indicador 5048 (Acesso e Consumo de Alimentos) do AdaptaBrasil, ano-base 2017, cruzados com os 1.102 participantes pelo código IBGE. Mede o risco de instabilidade no acesso aos alimentos; não mede insegurança alimentar vivida pela população.

Fonte: MCTI, AdaptaBrasil. Consulta em setembro de 2026.

Populações tradicionais: um dado que atravessa todos os contextos

Nos 1.102 municípios participantes vivem **864.390 pessoas indígenas e 554.264 pessoas quilombolas**, segundo o Censo Demográfico 2022.

Em **358 municípios**, esses grupos representam conjuntamente ao menos 1% da população. Desses, **226 não declararam na MUNIC 2024 nenhuma ação de acesso a alimentos voltada a pessoas indígenas ou quilombolas**. Nesses municípios vivem **582.319 pessoas indígenas e quilombolas** — **48,2%** das que vivem nos territórios em que esses grupos têm presença significativa.

A ausência de ação declarada também varia conforme as condições institucionais dos municípios. Dos sete perfis de implementação apresentados neste caderno, esse cruzamento está disponível para os quatro perfis do II ciclo:

Perfil (II Ciclo)	Municípios	Sem ação declarada	%
Gestão urbana financiada	97	7	7,2%
Compra pública interrompida	219	39	17,8%
Governança rural sem financiamento	211	47	22,3%
Base institucional em formação	473	128	27,1%

Entre os quatro perfis, a proporção de municípios sem ação declarada varia de **7,2% em Gestão urbana financiada a 27,1% em Base institucional em formação**. Entre os

contextos territoriais, **os territórios amazônicos concentram 73 dos 226 casos identificados.**

Como interpretar este dado

Ausência de declaração não comprova ausência de atendimento. Pode haver ações executadas por outras áreas e não informadas na MUNIC. O resultado deve ser lido como um sinal para investigação adicional, e não como evidência de ausência de ação.

O indicador combina duas fontes independentes: o Censo Demográfico identifica onde vivem pessoas indígenas e quilombolas; a MUNIC registra as ações declaradas pelos municípios. O cruzamento permite identificar territórios em que há presença significativa desses grupos sem ação correspondente registrada na pesquisa.

Relação com os Desafios de Inovação

Esta lacuna se relaciona diretamente a quatro frentes do Briefing dos Desafios:

- 1.1 · Planejamento e articulação da demanda pública:** produtores indígenas e quilombolas integram a agricultura familiar contemplada pelas compras públicas;
- 4.1 · Aproximação entre produção e consumo:** trata da redução de barreiras de acesso a alimentos adequados e saudáveis;
- 6.2 · Redistribuição de excedentes seguros:** pode ampliar o alcance de alimentos disponíveis para públicos e territórios com barreiras de acesso;
- 7.1 · Alimentação adequada possível no cotidiano:** aborda diretamente públicos e territórios com lacunas de acesso e de atuação pública.



Fontes e Limites

I. Fontes

Fonte	Uso neste Caderno
IBGE · Censo Demográfico 2022	população, área, situação do domicílio, abastecimento de água, populações indígena e quilombola
IBGE · MUNIC 2024, Suplemento de SAN	capacidade institucional, equipamentos, compras públicas, ações declaradas
IBGE · Censo Agropecuário 2017	estabelecimentos, agricultura familiar, produção orgânica, recursos hídricos
MDS · Índice Alimenta Cidades	nove pétalas e vinte e cinco subpétalas, índice-síntese
MDS · CadÚnico e PAA	vulnerabilidade socioeconômica, execução financeira das compras
MDS · Autodiagnóstico Situacional 2026	perdas e desperdício, agricultura urbana, plano climático
MDA · Cadastro Nacional da Agricultura Familiar	densidade de produtores, localização, cooperativas
MAPA · Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos	certificação por via de garantia
Ministério da Saúde · SISVAN 2023	estado nutricional por fase da vida
MDS · Marco de Referência sobre Sistemas Alimentares e Clima	referência conceitual transversal para a dimensão climática, citada nos boxes "Dimensão climática" de todos os 7 Desafios de Inovação

II. O que os dados não dizem

- **Não medem insegurança alimentar.** As leituras descrevem capacidade institucional, equipamentos e ações que os municípios declaram. Os indicadores de risco de insegurança alimentar do Ministério não fazem parte da base. O risco climático do AdaptaBrasil também não mede fome nem insegurança alimentar vivida pela população.

- **A cobertura difere entre os ciclos.** Para os 102 municípios do primeiro ciclo, não há dados do Autodiagnóstico Situacional, do Cadastro de Equipamentos nem do SISVAN. Esse ciclo tem tipologia própria, com três perfis construídos a partir de 17 variáveis, mas os indicadores nutricionais e as análises baseadas nos dois instrumentos da Estratégia não devem ser estendidos a ele.
- **O Autodiagnóstico tem cobertura parcial e voluntária.** Até 23/09/2026, 536 dos 1.000 municípios do segundo ciclo (53,6%) haviam enviado o questionário, e outros 115 ainda estavam preenchendo. Os percentuais consideram só os questionários enviados e indicam a base de respondentes de cada pergunta. A adesão foi maior entre os municípios maiores e mais estruturados, e varia de 40,2% no Norte a 77,4% no Centro-Oeste. Por isso, os resultados não devem ser generalizados para os 1.000 municípios nem usados para comparar regiões.
- **O que o município declara no Autodiagnóstico não substitui a MUNIC.** Em temas de governança, os municípios declaram no Autodiagnóstico ter mais estruturas do que a MUNIC 2024 registra. Um exemplo é o plano de SAN: 49,9% declaram ter, contra 10,3% na MUNIC, nos mesmos municípios. Parte da diferença pode ser avanço real, mas os dados não permitem separar isso das diferenças de pergunta e de forma de resposta. Os números de capacidade institucional deste Briefing vêm da MUNIC e do Índice Alimenta Cidades.
- **O Cadastro de Equipamentos está em andamento.** Até 23/09/2026, 597 dos 1.000 municípios do segundo ciclo haviam registrado algum equipamento. Um equipamento fora do cadastro não é, necessariamente, um equipamento inexistente. Os dados de refeições e atendimentos são declarados pelos gestores e descrevem os equipamentos cadastrados, não o conjunto dos existentes.
- **Os percentuais contam municípios, não pessoas.** Como os municípios com mais estrutura tendem a ser os maiores, as duas leituras podem divergir bastante: 53,5% dos municípios não têm nenhum dos cinco equipamentos estruturantes, mas neles vivem só 17,7% da população do conjunto. Quando a diferença altera a conclusão, apresentamos as duas.
- **Os indicadores nutricionais não medem prevalência.** Eles descrevem apenas quem foi acompanhado pela Atenção Primária e registrado no SISVAN. A cobertura mediana é de 10,2% da população do município, e quem procura o serviço de saúde não representa o conjunto da população. Os valores são medianas municipais das taxas registradas, e não taxas ponderadas por pessoa, porque a base não traz o número de avaliados em cada fase da vida. Esses indicadores cobrem apenas o segundo ciclo.
- **Algumas fontes têm defasagem.** O Censo Agropecuário se refere à safra 2016/2017; dele vêm os dados de recursos hídricos e produção orgânica. O risco climático do AdaptaBrasil tem ano-base 2017, e suas projeções para 2030 e 2050 ainda não foram

incorporadas. A lista do Semiárido é de 2007: a delimitação vigente da Sudene reconhece mais municípios.

- **Os contextos e recortes não classificam todos os municípios.** Esta edição apresenta dois contextos territoriais (Semiárido e Territórios amazônicos) e dois recortes de risco climático (Disponibilidade e Acesso e Consumo de Alimentos). Eles servem como lentes complementares, e um mesmo município pode aparecer em mais de um ou em nenhum. Critérios e fontes estão na seção "Contextos territoriais e recortes de risco climático".

III. Glossário dos dados

- **MUNIC** — Pesquisa de Informações Básicas Municipais do IBGE. Neste Briefing, a edição 2024 e seu Suplemento de Segurança Alimentar e Nutricional medem capacidade institucional, equipamentos e ações declaradas pelos municípios.
- **CAF** — Cadastro Nacional da Agricultura Familiar, mantido pelo MDA. Usado para localizar e contar produtores, cooperativas e associações da agricultura familiar.
- **SISVAN** — Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional, do Ministério da Saúde. Fonte dos indicadores de estado nutricional por fase da vida usados no Desafio de Inovação 7 — cobertura mediana de 10,2% da população acompanhada pela Atenção Primária, não é medida de prevalência.
- **Pétala / Índice Alimenta Cidades** — O Índice Alimenta Cidades (MDS) organiza nove dimensões — chamadas neste Briefing de "pétalas" — e vinte e cinco subpétalas, que compõem um índice-síntese de capacidade institucional. Este Briefing usa pétalas específicas (aquisição da agricultura familiar, agricultura urbana, transição agroecológica) como evidência nos desafios de inovação correspondentes.



Dados, normas e referências por Desafio de Inovação

Esta seção reúne, por Desafio de Inovação, todas as fontes de dados, normas, guias e referências técnicas identificadas nesta rodada — incluindo as já citadas no corpo de cada desafio. Consulte-a para aprofundar cada desafio com dados; a leitura do Caderno 1 — Briefing não depende dela.

Desafio de Inovação 1 · Compras Públicas de Alimentos

BASE DE DADOS · Consultas do PNAE — Reúne dados da agricultura familiar, repasses e execução física e financeira do PNAE, incluindo entidades suspensas. Use para comparar o município e construir uma linha de base.

<https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/consultas>

NORMA · Resolução CD/FNDE nº 4/2026 — Norma do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) que traz as regras vigentes do PNAE sobre cardápio, chamada pública, habilitação, preço, frete e cronograma de entrega.

https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2026/resolucao-cd_fnde-no-4-de-26-de-fevereiro-de-2026.pdf

GUIA · Informe Agricultura Familiar e PNAE — Informativo periódico do FNDE com normativos, orientações técnicas e boas práticas para gestores, nutricionistas e agricultores familiares na execução do PNAE.

<https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/informe-agricultura-familiar-e-pnae>

PROGRAMA · Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) — Apresenta modalidades, públicos e instrumentos do programa. Use para verificar como a solução se conecta à execução local.

<https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/aceso-a-alimentos-e-a-agua/programa-de-aquisicao-de-alimentos>

PLATAFORMA · Contrata+Brasil — módulo Alimentos — Canal público onde fornecedores de alimentos, incluindo agricultores familiares e cooperativas, encontram órgãos compradores. Verifique a adesão do órgão e não presuma que a plataforma substitui os atos formais da compra.

<https://www.gov.br/contratamaisbrasil/pt-br/conheca-o-contrata-brasil>

Desafio de Inovação 2 · Agricultura Urbana e Periurbana

PROGRAMA · Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana — Instituído pelo Decreto nº 11.700/2023; reúne o marco do programa e a articulação entre ministérios para produção, processamento, distribuição e comercialização de alimentos nas cidades e em seu entorno.

<https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/aceso-a-alimentos-e-a-agua/programa-nacional-de-agricultura-urbana-e-periurbana>

BASE DE DADOS · MUNIC 2024 — Suplemento de Segurança Alimentar e Nutricional —

Permite consultar apoio municipal à agricultura urbana, cessão de áreas, governança e

outras capacidades públicas.

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/19879-suplementos-munic2.html>

BASE DE DADOS · Censo Demográfico 2022 — Características dos Domicílios — Apoia a leitura de água, esgoto e outras condições habitacionais decisivas para localizar e dimensionar a solução.

<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2022/universo-caracteristicas-dos-domicilios>

BASE DE DADOS · SINISA — Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico — Traz indicadores de atendimento e fragilidade das fontes de abastecimento de água. Use para testar a viabilidade hídrica e os riscos de continuidade da produção.

<https://www.gov.br/cidades/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/saneamento/sinisa>

MANUAL · Manual de Implementação da Estratégia Alimenta Cidades — Relaciona produção local, circuitos curtos, equipamentos, acesso a alimentos adequados e planejamento municipal.

https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/promocao-da-alimentacao-adequada-e-saudavel/SESAN_MANUAL_IMPLEMENTACAO ESTRATEGIA SAN CIDADES_defeso.pdf

Desafio de Inovação 3 · Transição Agroecológica e Resiliência Climática

REFERÊNCIA INTERNACIONAL · FAO — The 10 Elements of Agroecology (2018) — Referencial para orientar a transição agroecológica: diversidade, sinergias, eficiência, reciclagem, resiliência, valores humanos e sociais, cultura alimentar, governança responsável e economia circular e solidária — escopo mais amplo que a certificação orgânica.

<https://www.fao.org/family-farming/detail/en/c/1147761/>

BASE DE DADOS · Censo Agropecuário 2017 — Permite dimensionar agricultura familiar, produção orgânica, estabelecimentos e características produtivas do território.

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuario.html>

BASE DE DADOS · Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO) — Reúne a relação de produtores orgânicos e das organizações de controle de qualidade em todo o país.

<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/cadastro-nacional-de-produtores-organicos-cnpo>

GUIAS E NORMAS · Portal de Produção Orgânica do MAPA — Portal do MAPA (Ministério da Agricultura e Pecuária) que reúne fichas agroecológicas, formas de regularização, legislação e orientações sobre controle social e sistemas participativos de garantia.

<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos>

PLANO · III Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica — PLANAPO III (2024–2027)

— Organiza objetivos, iniciativas e responsabilidades federais para a transição agroecológica e a produção orgânica.

<https://www.gov.br/participamaisbrasil/planapo-iii-2024-2027>

BASE DE DADOS · Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) — Ajuda a compreender o universo cadastrado de unidades familiares e organizações aptas a acessar políticas públicas.

<https://www.gov.br/mda/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas-projetos-acoes-obras-e-atividades/cadastro-nacional-da-agricultura-familiar>

NORMA · Lei nº 12.188/2010 — Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), base legal da assistência técnica continuada tratada na frente 3.3.

NORMA · Lei nº 14.904/2024 — Estabelece diretrizes para os planos de adaptação à mudança do clima, referência para o protocolo climático deste desafio.

NORMA · Lei nº 15.070/2024 — Marco regulatório dos bioinsumos, relevante às soluções de infraestrutura e insumos compartilhados.

NORMA · Decreto nº 11.582/2023 — Dispõe sobre a governança da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO).

Desafio de Inovação 4 · Abastecimento e Acesso a Alimentos Saudáveis

MANUAL · Manual de Implementação da Estratégia Alimenta Cidades — Orienta circuitos curtos, mercados territoriais, micro e pequeno varejo, equipamentos de abastecimento e redução de perdas.

https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/promocao-da-alimentacao-adequada-e-saudavel/SESAN_MANUAL_IMPLEMENTACAO ESTRATEGIA SAN CIDADES defeso.pdf

BASE DE DADOS · PROHORT — Ofertas, preços e origens — Reúne séries de comercialização das Ceasas, preços, regiões produtoras e boletins mensais para testar hipóteses de rota, oferta e sazonalidade.

<https://www.gov.br/conab/pt-br/atuacao/informacoes-agropecuarias/hortigranjeiros-prohort>

ESTUDO · City region food systems under multiple shocks and stresses — FAO, CIRAD e RUAF — Estudo da FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura), em coautoria com o CIRAD e a RUAF — síntese sobre coordenação, diversificação e resiliência de redes alimentares urbanas e regionais diante de choques.

<https://doi.org/10.4060/cd1971en>

Desafio de Inovação 5 · Equipamentos e Serviços de Segurança Alimentar e Nutricional

DIAGNÓSTICO · Mapeamento dos Equipamentos de SAN nos Municípios Brasileiros —

Apresenta o retrato nacional e a distribuição dos tipos de equipamento, com base na MUNIC 2024.

NORMA E PAINEL · Portaria Conjunta MDS/MDA nº 43/2026 e Cadastro Nacional dos EqSANS — Define os EqSANS (equipamentos de segurança alimentar e nutricional) reconhecidos no Sisan (Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional) e direciona ao cadastro e ao painel de visualização para planejamento e monitoramento.

BASE DE DADOS · Plataforma Alimenta Cidades — Reúne o cadastro de equipamentos e o mapeamento de desertos e pântanos alimentares, úteis para testar localização, público e

integração territorial.

<https://alimentacidades.digital/>

PROGRAMA • Programa Cozinha Solidária — Detalha a tecnologia social, as formas de apoio, o papel das entidades gestoras e a articulação com o PAA.

<https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/aceso-a-alimentos-e-a-agua/progrma-cozinha-solidaria>

GUIA • Boas Práticas para Serviços de Alimentação — Anvisa — Orienta preparação, armazenamento, higiene e manipulação segura em restaurantes, cozinhas institucionais e outros serviços de alimentação.

<https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/alimentos/manuais-guias-e-orientacoes/cartilha-boas-praticas-para-servicos-de-alimentacao.pdf/%40%40display=file/file>

Desafio de Inovação 6 • Perdas e Desperdício de Alimentos

ESTRATÉGIA • II Estratégia Intersetorial para a Redução das Perdas e Desperdício de Alimentos no Brasil — CAISAN / Instituto Fome Zero, set/2025 — Estratégia nacional para a

transição de sistemas alimentares lineares para circulares, com diretrizes para produção, distribuição e consumo.

<https://ifz.org.br/ii-estrategia-intersetorial-para-a-reducao-das-perdas-e-desperdicio-de-alimentos-no-brasil/>

MÉTODO • Índice de Desperdício de Alimentos 2024 — PNUMA — Documento do PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) que traz conceitos e métodos de medição de desperdício no varejo, em serviços de alimentação e em domicílios. Não transfira estimativas globais diretamente para o município.

<https://brasil.un.org/pt-br/264460-%C3%ADndice-de-desperd%C3%ADcio-de-alimentos-2024>

ANÁLISE DE MERCADO • Desperdício de alimentos no varejo — Central do Varejo — Reúne causas operacionais do desperdício no varejo (previsão de demanda, gestão de validade, ruptura de cadeia fria) úteis para mapear onde a solução atua. Os números nacionais citados não substituem a base municipal deste Briefing.

<https://centraldovarejo.com.br/desperdicio-de-alimentos-dados-causas-e-impactos-no-varejo-alimentar/>

BASE DE DADOS • SINISA — Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico —

Fonte candidata para dados de destinação de resíduos; ainda não usada como indicador nesta consolidação.

<https://www.gov.br/cidades/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/saneamento/sinisa>



Desafio de Inovação 7 · Alimentação Saudável, Educação e Ambientes Alimentares

MARCO · Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional — MDS, 2012 — Define princípios, campos de prática e a EAN como ação contínua, intersetorial, participativa e promotora de autonomia.

https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/smasac/2018/documentos/cartilha_marco_ean.pdf

GUIA · Guia Alimentar para a População Brasileira — Ministério da Saúde, 2ª edição —

Referência oficial para alimentação adequada e saudável e para as barreiras de informação, oferta, custo, habilidades, tempo e publicidade.

https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-brasil/publicacoes-para-promocao-a-saude/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf

BASE DE DADOS · SISVAN — Vigilância Alimentar e Nutricional — Disponibiliza relatórios de estado nutricional e marcadores de consumo da população acompanhada na Atenção Primária; observe cobertura e qualidade do registro.

<https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/vigilancia-alimentar-e-nutricional/sisvan>

BASE DE DADOS · Plataforma Alimenta Cidades — Oferece o mapeamento de desertos e pântanos alimentares e informações sobre equipamentos, para relacionar orientação e ambiente alimentar.

<https://alimentacidades.digital/>

ESTUDO · Ambiente alimentar no Brasil — Revista de Saúde Pública, 2026 — Analisa desertos e pântanos alimentares e sua sobreposição com baixa renda em 91 cidades com mais de 300 mil habitantes; não generalize o resultado para outros municípios.

<https://www.scielo.br/j/rsp/a/jYmdChpKNPgyFr8SDwQCHmF/?format=pdf&lang=pt>

